

ESPREMENDO ATÉ O BAGAÇO: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, CAPITALISMO E PANDEMIA

Carla Sandra Aguiar Siqueira dos Santos¹

Fernanda Mitsue Soares Onuma²

INTRODUÇÃO

A metáfora presente no título do filme “O homem que virou suco”, obra do cineasta João Batista de Andrade, lançada em 1981, nos veio à mente ao final das pesquisas que resultaram neste texto. O filme retrata a vida de Deraldo, migrante nordestino que, ao chegar em São Paulo-SP vindo do interior da Paraíba, é confundido com um operário que assassinou o patrão. Recorremos à metáfora de “espremer” as pessoas que dependem do próprio trabalho para conseguirem uma remuneração a fim de sobreviverem em uma sociedade capitalista como a nossa, com o intuito de facilitarmos a compreensão de conceitos-chave para o presente artigo. Como muitas pessoas que perderam o acesso à terra em sua região de origem, Deraldo é um nordestino que, sem possibilidades de trabalho remunerado em sua terra natal, migrou para a cidade de São Paulo-SP. Em uma sociedade capitalista como

¹ Mestra em Gestão Pública e Sociedade (Universidade Federal de Alfenas, Brasil). Auditora Assistencial do SUS da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/0463313268175256>. <https://orcid.org/0000-0003-2835-3644>. ketssandra@yahoo.com.br. Endereço para correspondência: Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, Superintendência Regional de Saúde de Alfenas. Rua Coronel Pedro Correia, 738, Centro, Alfenas, MG, Brasil. CEP: 37130000. Telefone: (55 35) 21412802.

Av. Nove de Julho, 2029, Cerqueira César, São Paulo, SP, Brasil. CEP: 01313902. Telefone: (55 11) 37993447.

² Doutora em Administração (Universidade Federal de Lavras, Brasil). Professora Associada da Universidade Federal de Alfenas. <http://lattes.cnpq.br/7778828142853475>. <https://orcid.org/0000-0002-7392-2191>. fernanda.onuma@unifal-mg.edu.br.



a nossa, tudo o que precisamos para sobreviver (água, comida, habitação, vestimentas, dentre outros elementos básicos para atender a necessidades fisiológicas humanas) tem um preço, pois estes itens não são distribuídos gratuitamente entre a população.

Isso significa que precisamos comprar no mercado capitalista todos os itens básicos para a manutenção de nossas vidas. Essa “manutenção”, “sobrevivência” no capitalismo, chamaremos aqui de reprodução social. A reprodução social é o conjunto de atividades humanas e afetivas, voltadas ao cuidado (Fraser & Jaeggi, 2020). Trata-se de trabalho desvalorizado socialmente, embora produza (pela gestação e nascimento de bebês) e reproduza (mantenha) um dos principais fatores de produção capitalista: a força de trabalho, responsável por criar bens e serviços que geram valor acumulado nas mãos de quem detém os meios de produção, a saber, as classes dominantes (Falquet, 2008). A habitação é, portanto, uma questão de reprodução social. Ter moradia torna possível o abrigo contra o frio, a segurança e condições sanitárias adequadas para refeições e higiene pessoal, essenciais à manutenção da saúde e vida das classes trabalhadoras.

Um trabalhador que consegue ter acesso à moradia se restabelece no período de seu descanso e consegue dar continuidade às suas tarefas no dia seguinte, para ser novamente alvo de exploração capitalista. Nancy Fraser e Rahel Jaeggi explicam como ocorre a exploração, em que o trabalhador “livre” se vê obrigado a vender sua força de trabalho (valor) em prol de um salário para sua subsistência por meio da “livre” troca contratual (Fraser & Jaeggi, 2020). Na relação de exploração, quem trabalha produz valor suficiente para quem lhe emprega, além de um valor excedente (mais-valor) que é apropriado pelo patrão (Marx, 2013). Quanto maior a exploração de quem trabalha, maior o lucro de quem emprega. É por meio da exploração, portanto, que trabalhadores como Deraldo são “espremidos” por aqueles que detêm os meios de produção (terra, capital, fábricas, por exemplo). Mas por que resta a trabalhadores, como Deraldo, vender

sua força de trabalho como meio de garantir recursos financeiros para comprar tudo o que precisa para sobreviver? Para explicar isso, recorreremos ao conceito de expropriação.

A expropriação é direta, não há dissimulações (Fraser & Jaeggi, 2020). É quando, por exemplo, grandes proprietários rurais, grileiros, ou até o próprio Estado (enquanto instrumento de controle social pelas classes dominantes) tomam as terras de quem, como Deraldo, vivia antes no campo. Ter a terra expropriada, onde era possível tanto a atividade agropastoril para subsistência (ou, melhor, reprodução social) sua e de sua família, quanto a construção de sua moradia, coloca quem trabalha para poder sobreviver em situação ainda mais fragilizada, pois se retira, assim, não só seu acesso à terra (meio de produção), mas suas poucas garantias de reprodução social (produção agropastoril para alimentação e construção de uma casa, para moradia).

Como reprodução social, exploração e expropriação se encontram no capitalismo? Federici (2017) explica como a expropriação de meios de produção e de reprodução das classes trabalhadoras inaugurou uma nova dinâmica de reprodução social própria ao capitalismo. Tomando por referência sociedades europeias ocidentais feudais, a referida autora mostra como o processo de acumulação primitiva do capital, entendido como o conjunto de ações violentas que possibilitaram a transição de sociedades feudais para capitalistas, foi crucial para instalar o capitalismo nestas localidades e, depois, com os sangrentos processos coloniais, ao redor do mundo. Em síntese, com o avanço da industrialização europeia era necessário remodelar todas as dinâmicas sociais a fim de garantir os interesses de acumulação de capital (via exploração) por parte da nova classe social nascente, a burguesia, que detinha os novos meios de produção principais deste momento histórico, as primeiras fábricas. Essa remodelação social foi possível pela expulsão de trabalhadores e trabalhadoras dos campos dos senhores feudais (processo chamado de “cercamento dos

campos”), que tornou as pessoas expropriadas de seu meio de produção e reprodução social (terra) a fim de forçar essas pessoas a terem que buscar vender sua força de trabalho, ou seja, serem exploradas pelos donos das fábricas para sobreviverem (Federici, 2017).

Quanto mais expropriada uma pessoa, menos condições esta tem de se reproduzir socialmente e, por conseguinte, mais vulnerável sua situação socioeconômica, colocando-a à mercê de ter que aceitar as piores condições de exploração no trabalho para poder se manter viva e (minimamente) saudável no capitalismo. Se antes, no feudalismo, as pessoas trabalhavam nos campos dos senhores em troca de abrigo e moradia, proteção contra guerras entre donos de terras (segurança) e acesso à terra para terem onde plantar para comer, com o processo de cercamento de terras foram forçadas a procurarem trabalho remunerado junto às fábricas nascentes e tiveram que passar a pagar por aluguel e a comprar comida para sobreviverem (Federici, 2017). Na relação de expropriação, o capital não assume os custos da reprodução mas, ainda assim, se utiliza dos trabalhos dos sujeitos (Fraser & Jaeggi, 2020). No feudalismo, o senhor feudal assumia os custos de reprodução social quando dispunha às e aos trabalhadores uma parte de suas terras, onde estes moravam e plantavam o que comer (Federici, 2017).

O capitalismo nascente repassou integralmente os custos de reprodução social a quem trabalha, situação que só mudou a partir de lutas das classes trabalhadoras que culminaram na formação do chamado “Estado de Bem-Estar Social”. Neste, por meio de políticas públicas sociais, houve o repasse, como externalidade produtiva, dos custos de reprodução social às próprias pessoas trabalhadoras, que são quem, majoritariamente, financiam políticas públicas sociais por meio do pagamento de tributos ao Estado que são, em parte, transformados na oferta de bens e serviços públicos para a reprodução social da população, na forma, por exemplo, de serviços de saúde, assistência social, segurança pública, educação e moradia (Federici, 2017). Políticas públicas sociais nada mais são, portanto, que

uma resposta das burguesias a reivindicações das classes trabalhadoras, socializando com toda a população os custos de reprodução social que, antes do capitalismo, eram de sua responsabilidade.

Todavia, cabe ressaltar que não estamos mais no capitalismo de industrialização nascente, de transição do feudalismo para o capitalismo. Temos, na atualidade, um novo conceito-chave para interpretação sociológica: o neoliberalismo. Conforme descreve Fraser (2020), o capitalismo neoliberal tem se revelado inconstante e fortemente predatório. O neoliberalismo é compreendido por Paulani (2016) como uma reação política e teórica às políticas públicas sociais e intervencionismo estatal propostos pelo chamado “Estado de Bem-Estar Social”. Para autores seminais ao neoliberalismo, como Friedrich Hayek, o igualitarismo subjacente às propostas de oferta de políticas públicas sociais impede o desenvolvimento capitalista, desencorajando a livre concorrência e criando certa “acomodação” das pessoas, que deixam de empreender por receberem auxílios estatais (Paulani, 2016).

Resulta que, para o neoliberalismo, toda intervenção estatal deve ser combatida, centrando o mercado como elemento central de seu receituário econômico. Ainda para Paulani (2016), diferente de outras correntes como o liberalismo clássico, o neoliberalismo se apresenta não como uma doutrina social, mas sim, como um corolário econômico que deve ser seguido à risca, o que contribui para a compreensão do caráter anticientífico (de negação ao contraditório, mesmo dentro das ciências econômicas) e da postura individualista de muitos de seus propagandistas contemporâneos. Pensar o neoliberalismo, como sugere Paulani (2016), enquanto um “receituário econômico” prescritivo nos ajuda a compreender o capitalismo. Mais do que um sistema econômico, o capitalismo é uma ordem social institucionalizada que necessita, no plano de fundo, de condições não-econômicas para sua permanência. Dentre as condições não-econômicas, o capitalismo depende das atividades não-remuneradas de reprodução social para

manutenção da força de trabalho assalariado, da organização do poder público para prover ordem e previsibilidade para acumulação de capital e dos sistemas vivos não-humanos para extração sem reservas de suprimentos para produção de energia e matérias-primas para produção de mercadorias (Fraser & Jaeggi, 2020). É pela engenharia existente entre plano de fundo e plano central (mercado) que o capitalismo tem mantido, apesar das inúmeras crises, a acumulação de capital. A relação entre exploração/expropriação dos trabalhadores é desproporcional, com um aumento progressivo de trabalhadores que têm sido mais expropriados do que explorados (Fraser & Jaeggi, 2020). Para exemplificar como a metáfora e nosso arcabouço teórico se articulam na contemporaneidade brasileira, destacamos o caso ocorrido no ano de 2008, quando um engenheiro recém-formado pela prestigiosa Universidade de São Paulo (USP) e que não conseguia emprego em sua área de formação, se inspirou no título do filme de João Batista de Andrade para abrir uma lanchonete chamada “O engenheiro que virou suco” (Lot & Barata, 2008). Na fase atual de acumulação capitalista, o capitalismo financeirizado, orientado pela ideologia neoliberal, temos uma renovada relação entre exploração e expropriação, no sentido em que a expropriação tem ganhado força, enquanto máquina para a acumulação de capital, avançando e podendo atingir os sujeitos que contam com a proteção social (Fraser & Jaeggi, 2020). Em períodos de crise de acumulação capitalista, portanto, as classes dominantes procuraram extrair mais capital acumulado, mais “suco” das classes trabalhadoras, ainda que a estas só lhes reste o “bagaço”.

Seguindo a doutrina neoliberal, países como o Brasil têm adotado políticas de ajuste fiscal, privatizações e cortes de investimentos em políticas públicas sociais, que representam medidas que integram a doutrina econômica do neoliberalismo (Paulani, 2016). Em tempos de crise de acumulação capitalista, como vivido em 2008 (“bolha imobiliária” estadunidense) e no período pré-pandemia, há uma estagnação ou ligeira redução nas taxas crescentes de acúmulo de capital pelas classes dominantes no país e no mundo. Qual a solução adotada por estas classes

nesses momentos? Aumentar a exploração e, quando isso não for possível ou não apresentar os resultados esperados, recorrer a mecanismos de expropriação, como foi a tomada de casas pelos bancos em 2008 nos Estados Unidos da América. Desta forma, o exemplo do engenheiro formado pela USP em questão, mais que entusiasmo em relação à ideologia neoliberal, suscita preocupação com a crise econômica desde 2008 e as mudanças no mundo do trabalho que levaram à romantização do desemprego estrutural como suposta oportunidade para que trabalhadores se tornem “empreendedores de si mesmos” (Lot & Barata, 2008, p. 7).

Afinal, se até o engenheiro formado pela prestigiosa USP “virou suco”, o que sobra a parcelas ainda mais vulnerabilizadas das classes trabalhadoras? Abaixo, na hierarquia social capitalista, dos trabalhadores ordinariamente explorados (como o engenheiro), estão as pessoas em situação de rua: expropriadas até mesmo de uma moradia, para sua reprodução social, não contam com capital nem para produzir nem para se reproduzirem, sendo cuidados pela sociedade ou pelo Estado (representante dos interesses das classes dominantes) de forma essencialmente assistencialista para que possam sobreviver com o mínimo necessário (Fraser & Jaeggi, 2020). Eis a linha tênue entre a pauperização completa das classes trabalhadoras e a necessidade de que estas tenham condições mínimas de produção e consumo, em que se encontram as classes dominantes no capitalismo. Quando a crise de acumulação as interpela, as classes dominantes recorrem ao aumento da exploração ou o mecanismo de transferência direta de riqueza da expropriação, tomando para si, como no exemplo do contexto brasileiro recente, casas urbanas e terras indígenas, valendo-se da ideologia da doutrina neoliberal para convencimento e apaziguamento da população (Fraser & Jaeggi, 2020).

Especificamente sobre a população em situação de rua, registrou-se um aumento de 140% da população em situação de rua no Brasil, no período entre os anos 2012

e 2020 (Silva, Natalino & Pinheiro, 2020). Esta é uma população que tem aumentado à medida das recorrentes crises capitalistas, agravadas pela Pandemia COVID-19, em que se registra o aumento do desemprego que impactou cerca de 37,3 milhões de pessoas que viviam na informalidade (Costa, 2020). A população em situação de rua é entendida pela Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua (PNPR) como um “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Decreto n. 7053, 2009).

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre Pessoas em Situação de Rua, cujos dados foram coletados em 71 municípios entre 2007 e 2008, identificou cerca de 32 mil pessoas com mais de 18 anos de idade em situação de rua (Silva, Natalino & Pinheiro, 2020). Conforme este Censo, trata-se de uma população de maioria jovem, masculina e negra, com baixa escolaridade e acesso restrito a serviços públicos básicos, como saúde e educação. Na contramão de mitos e preconceitos, estes mesmos autores ressaltam que se trata de um grupo populacional produtivo, ainda que atue em atividades precárias. Para a doutrina econômica do neoliberalismo, entretanto, a falta de moradia é representada como um problema de cunho individual. Porém, na situação de crise, os governos se organizaram para acolher a população em situação de rua durante a pandemia a fim de buscar controlar o contágio da doença e responder a pressões populares pelo atendimento estatal a estas pessoas. A resposta política foi, portanto, de caráter paliativo: não se buscou, nesta crise humanitária, resolver a questão da moradia para pessoas em situação de rua, mas, sim, recolhê-las para evitar que contribuíssem ao contágio da doença. Surge então, o questionamento que orienta este ensaio: como explicar o caráter paliativo das principais medidas públicas adotadas para atendimento público a estas pessoas em tão grave contexto?

Neste ensaio, a partir dos conceitos de expropriação, exploração, reprodução social e neoliberalismo, buscamos apresentar como as pessoas em situação de rua são este “bagaço” espremido a partir da lógica capitalista para dar “suco” às classes dominantes em períodos de crise de acumulação de capital, a fim de matar sua insaciável sede por ganhos cada vez maiores. Para tal, o presente artigo foi dividido da seguinte forma: em primeiro momento, apresentamos um breve panorama de medidas adotadas em diferentes países, durante a pandemia, voltadas a pessoas em situação de rua, discutindo-as a partir do constructo teórico apontado na introdução. Feito isso, aprofundamos nas discussões sobre como o neoliberalismo aprofunda o desafio de reprodução social das classes trabalhadoras a partir da questão da moradia para, ao final, apontarmos algumas discussões à guisa de considerações finais.

PANORAMA DAS MEDIDAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA PANDEMIA

O Brasil é um país marcado pela desigualdade social. Segundo Sposati (2020), no momento em que a COVID-19 precisava ser enfrentada no país, cerca de 100 milhões de brasileiros e brasileiras, ou seja, em torno de 46% da população já estava em condições de vulnerabilidade econômica. Desta forma, pode-se entender que o contexto da pandemia não criou, mas sim, acentuou o processo de produção de desigualdades sociais que já era próprio ao capitalismo. Por isso, neste ensaio, argumentamos que a crítica ao capitalismo a partir de conceitos como reprodução social, exploração, expropriação e neoliberalismo pode ajudar a compreender a relação intrínseca entre condições de enfrentamento a doenças e desigualdades socioeconômicas e o papel deste grupo social para o sistema capitalista. Em condições de vulnerabilidade extrema, as pessoas em situação de rua não possuíam domicílio para se manter em isolamento social ou acesso a água corrente, álcool e máscaras faciais limpas para autocuidado e prevenção de contágio pelo coronavírus.

Cabe lembrar que o enfrentamento a uma pandemia no contexto capitalista requer, para além de considerações acerca da doença, um conjunto de políticas públicas, visto que as formas de adoecimento e de combate à doença variam conforme as condições socioeconômicas da população. As pessoas em situação de rua ilustram a relação intrínseca entre condições de enfrentamento à COVID-19 e desigualdades socioeconômicas. Para Lanfranchi e Ferreirinho (2019), as pessoas em situação de rua são aquelas que, sem moradia e opções de escolha, acabam encontrando nas ruas um espaço alternativo para sobrevivência e interação social. Essas pessoas são mais vulneráveis que trabalhadores(as) desempregados(as) e informais, em geral, porque não têm como recorrer a familiares para conseguir ajuda em sua reprodução social em momentos de crise de acumulação capitalista e acirramento de cortes de investimentos em políticas públicas sociais em virtude da adoção da doutrina econômica neoliberal, situação já ocorria antes, mas que foi agravada pela Pandemia COVID-19 (Lanfranchi & Ferreirinho, 2019; Paulani, 2016). Todavia, embora sua situação de vulnerabilidade socioeconômica as tenha colocado sob risco sanitário ainda maior na pandemia, o preconceito contra estas atua como obstáculo extra ao alcance da melhoria de suas condições de vida. As imagens de abandono, solidão e sofrimento que circulam em discursos midiáticos e sociais que justificam a partir das “desestruturas familiares” que conduzem às drogas e à situação de rua servem, na concepção de Lemões (2020), como “mantras venenosos”, discursos que operam ideologicamente para encobrir o papel do Estado capitalista na produção de processos históricos geradores de desigualdades de raça, de gênero e de classe. O referido autor sugere que a repetição de “mantras venenosos” incorre no risco da permanência de práticas higienistas e de criminalização da pobreza, justificando o caráter temporário e paliativo da ação de instituições de caridade e de políticas públicas que não busquem a superação da pauperização das pessoas em situação de rua e ainda colaboram para mascarar a base estrutural do problema. Preconceitos diversos, como os “mantras venenosos” contra pessoas em situação de rua (Lemões, 2020), bem como o sexismo, o racismo, a LGBTQIAPN+fobia, o capacitismo, a xenofobia

e tantas outras formas de ódio social compõem a esfera de dominação capitalista via Estado, entendido neste ensaio, como se segue.

O Estado, aponta Engels (1976) surge como necessidade história e material das classes dominantes toda vez que uma sociedade se encontra dividida por interesses inconciliáveis: é como uma espécie de “confissão” de que há uma fratura social na sociedade, que se encontra repartida entre quem se beneficia da exploração alheia e quem precisa ter a mente “domesticada” para evitar que se revolte contra tal injustiça. Serve, em contextos de tamanha desigualdade em que uma parcela da população (classes dominantes) explora a outra (classes trabalhadoras) para dissimular, camuflar o próprio conflito de classes (Engels, 1976). As classes dominantes criam o Estado, como no caso de sociedades capitalistas como a brasileira, a partir da formulação e disseminação de uma ideologia (uma consciência que, embora falsa, porque criada em benefício apenas das burguesias, é disseminada no tecido social para que todas as pessoas a reconheçam como próprias) que, embora atenda aos interesses exclusivos às classes dominantes, toma a aparência de uma “verdade” socialmente compartilhada (Engels, 1976; Jacques & Oliveira, 2021).

O Estado consegue, assim, aparecer aos olhos das pessoas como instância supostamente “fora” e “acima” da sociedade com intuito de regulamentar a vida social em favor das classes dominantes, protegendo sua propriedade privada dos meios de produção e a manutenção da divisão de classes entre exploradores e explorados graças a instrumentos como o uso da força (forças policiais, exércitos), mas também pelo controle das “consciências” exercendo, assim, a dominação capitalista, fazendo com que as classes trabalhadoras assumam como própria uma maneira de pensar e interpretar o mundo que lhe é alheia, porque criada pelas classes dominantes em favor destas últimas (Engels, 1976; Jacques & Oliveira, 2021). Não é possível, portanto, um “capitalismo sem Estado” como na doutrina neoliberal (Paulani, 2016), pois é necessário apaziguar a maioria da população

explorada para evitar que esta se conscientize de sua realidade social no capitalismo. É aí que agem os preconceitos, como constituintes dessa esfera de dominação ideológica que é o Estado capitalista: ao invés de culpar as classes dominantes por lucrarem em cima da exploração dos baixos salários e da expropriação dos meios de produção e das condições de reprodução social (como o déficit de moradia e os altos preços de aluguel, por exemplo), pessoas passam a acreditar que suas vidas são precárias por culpa de supostos “benefícios” ou “usurpações” de pessoas negras, indígenas, feministas, imigrantes que estariam, segundo o discurso estatal, lhes “tomando” direitos ou “desvirtuando” a sociedade e “causando prejuízo ou erosão social”. Com este “desvio de foco” da raiz de problemas sociais no capitalismo de seus geradores e beneficiários, aqueles que detêm os meios de produção, as classes trabalhadoras passam a culpar outras parcelas minoritárias de sua própria classe e não as classes dominantes por sua situação precária. Eis o Estado cumprindo seu papel de amortecer o conflito de classes (Engels, 1976).

A partir do aporte teórico de Estado (Engels, 1976), podemos compreender melhor o contexto pandêmico. Quando em 11 de março de 2021, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou que a doença COVID-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) se tratava de uma pandemia, cientistas ao redor do mundo constataram que o distanciamento social a partir da quarentena domiciliar, junto com práticas de preventivas de higiene (lavar as mãos, higienizar bem alimentos, usar álcool em gel para assepsia de mãos, alimentos, superfícies) eram medidas necessárias para conter o avanço do vírus. Entretanto, como a população em situação de rua, sem acesso à moradia e a ao sistema de água e de saneamento básico, poderia seguir tais medidas sanitárias? O cotidiano desta população, mesmo antes da pandemia, já colocava estas pessoas sob maior risco de contraírem doenças diversas. O espaçamento entre refeições, condições insalubres, falta de acesso a meios de realizar higiene pessoal adequada e a exposição às alterações climáticas, somados a transtornos mentais, às condições

de estresse e de violências enfrentados diariamente podem ser vistos como fatores que já contribuíram para a fragilização da saúde destas pessoas (Paula *et al.*, 2020). Além dos riscos fisiológicos e psicológicos decorrentes da pandemia da COVID-19, os riscos econômicos também afetam de forma desproporcional a população em situação de rua, em relação à população domiciliada.

O fechamento de comércios, que garantiam uma certa rede informal de solidariedade pelo fornecimento de água e alimentação, bem como disponibilidade de banheiros, por vezes, em melhores condições de higiene que os disponíveis em espaços públicos, bem como a menor circulação de transeuntes que contribuem com pequenas quantias de dinheiro e de voluntários de organizações religiosas e filantrópicas que distribuem doações e alimentos, impactou o já escasso acesso a condições de alimentação e higiene desta população no contexto capitalista (Paula *et al.*, 2020). Como apontam Neves-Silva, Martins e Heller (2018), tal situação faz com que estas pessoas se sintam não como cidadãs detentoras de direitos, mas como dependentes de favores e da caridade alheia. Se o isolamento social e a paralisação de atividades econômicas afetaram negativamente o cotidiano de pessoas ao redor do mundo, para quem não tem moradia, suas consequências foram devastadoras. No capitalismo, o dinheiro é a mediação e referencial às relações humanas (Ramos, 2020). Significa dizer que vidas humanas das classes trabalhadoras importam ainda menos às classes dominantes capitalistas diante da atual fase de acumulação, a financeira, em que, para garantir o acúmulo constante de capital via exploração do trabalho alheio, houve uma redução da quantidade de mão de obra empregada necessária, em comparação ao tempos de Karl Marx e Friedrich Engels (passagem do Século XIX ao início do Século XX), quando havia um capitalismo industrial nascente e intensivo no uso de mão de obra (Fraser & Jaeggi, 2020).

Por isso é possível compreender que os níveis de organização e direcionamento das ações públicas refletem quais valores são prioritários à sociedade,

considerando a realidade material e histórica de nossa época. Materialmente, na vida concreta, para produção de mais-valor, graças a avanços tecnológicos de maquinários e de organização do trabalho (em que as ciências administrativas, diga-se de passagem, muito colaboraram) as classes dominantes precisam de menos pessoas trabalhando para elas a fim de garantir seu constante acúmulo de capital. Para amortecer o conflito de classes, evitando que uma massa cada vez maior de pessoas que precisam de trabalho para sobreviver (sua reprodução social) se revolte, a ideologia neoliberal, como “nova razão do mundo”, a nova “verdade” criada e disseminada pelas burguesias (nacional e internacional) em toda a sociedade, opera como suposta “explicação” e verdadeira “solução” às mazelas econômicas próprias ao capitalismo financeirizado (Dardot & Laval, 2017).

O neoliberalismo compõe Segundo Harvey (2008), o Estado neoliberal apresentando-se como, supostamente, uma ideia “verdadeira” e compartilhada por todos, mas que exerce seu poder de dominação somente a alguns grupos: as classes trabalhadoras. Na atuação do Estado neoliberal em prol dos interesses do mercado financeiro, questões como bem-estar e promoção de justiça social têm sido deixadas em segundo plano (Harvey, 2018). No exercício de seu papel de amortecer os conflitos de classe, “domesticando” as classes trabalhadoras em prol da manutenção da exploração capitalista, discursos da meritocracia e da culpabilização da vítima têm mascarado os subprodutos negativos do capitalismo neoliberal como a exploração das massas, a funcionalidade das minorias dentro do contexto econômico e a permanência das desigualdades sociais e da pobreza nas sociedades (Dardot & Laval, 2017; Harvey, 2018).

A partir do entendimento do conceito de Estado em sua adoção da doutrina econômica neoliberal como ideologia premente é que podemos compreender, a exemplo de Quintão (2019), as diferentes políticas públicas adotadas em relação à população em situação de rua que, em sua maioria, reafirmam uma vontade da sociedade em retirá-las de circulação em espaços públicos. A ânsia capitalista de

buscar isolar as pessoas em situação de rua é explicada por Honorato, Saraiva e Silva (2017), que discutem a remodelagem das cidades pela lógica capitalista. No capitalismo, o espaço físico é tratado como uma mercadoria de consumo e, por isso, torna-se necessário às classes dominantes ocultar as contradições do cotidiano produzidas pelo próprio ordenamento social capitalista. Dentre tais contradições estão as pessoas em situação de rua, percebidas socialmente como supostamente hostis, violentas e problemáticas e que, por conseguinte, precisam permanecer recolhidas em albergues localizados longe dos centros urbanos. Para os pesquisadores, os albergues são soluções parciais para o problema de déficit habitacional. Esses ambientes institucionalizados seriam, para os mesmos autores, mantenedores da ordem, um local de garantia de aparente dignidade, menor risco à população geral e potencial redutor de degradação às cidades, que deixam as ruas livres para as pessoas que integram a força de trabalho ativa e que, na lógica das classes dominantes, não devem se solidarizar com esta parcela social a fim de evitar trazer à tona a real natureza humana e ambientalmente predatória do capitalismo.

Conforme os referidos autores, o neoliberalismo comunica um Estado que precisa agir pelas pessoas em situação de rua, já que estas são tidas como incapazes de tomar atitudes racionais e geram inconveniência ao que é tomado como natural/normal na ordem social capitalista. De acordo com essa narrativa do Estado neoliberal, pessoas em situação de rua não contribuem para a manutenção da ordem social, não tornam a cidade civilizada e maculam paisagens agradáveis. Vista pela ótica do capitalismo financeirizado, apoiado na ideologia neoliberal adotada no Estado, são pessoas tomadas por “indesejáveis” e, conseqüentemente, precisam dar lugar ao que dá valor (capital) à cidade (leia-se, às classes dominantes). As cidades ilustram quais competências precisam ser dominantes, quem são os cidadãos funcionais, que geram eficiência e valor ao capital e quais limites socioespaciais físicos e simbólicos precisam ser construídos para permanência da ordem (Honorato, Saraiva & Silva, 2017).

Borysow, Comill e Furtado (2017) consideram que as pessoas que estão em situação de rua, por viverem em extrema pobreza, não estão alinhadas ao modelo de se viver a vida, adotado pela sociedade capitalista. Nesta linha de raciocínio, pesquisas como a de Sicari e Zanella (2018), ao trabalharem com a temática da exclusão e invisibilidade desse grupo para a sociedade, interrogam: seriam mesmo essas pessoas excluídas do sistema capitalista? Ou são incluídos, com uma função à parte, à margem? Uma vez desconsideradas as condições estruturais em que se encontram os indivíduos, pessoas em situação de rua são tidas como pessoas que falharam, por estarem na pobreza e pela falta de moradia. Não fazem jus aos valores sociais capitalistas neoliberais da meritocracia, do interesse próprio acima dos demais e da competição, fortalecendo crenças que permeiam a sociedade e a economia, bem como os julgamentos morais (Rogers, 2015). Para Rogers (2015), abrigos são micromundos em que são construídos limites simbólicos, reproduzindo os contornos de classe, bem como estereótipos culturais já existentes na sociedade. Todavia, a situação da grave crise sanitária provocada pela Pandemia COVID-19 trouxe turbulência ao sistema capitalista, que já vinha percorrendo um caminho de recorrentes crises nas últimas décadas. A crise mundial da saúde colaborou para demonstrar com clareza ainda maior as diferentes realidades sociais no mundo.

Pesquisas apontam o Reino Unido como o governo que melhor se organizou para acolher as Pessoas em Situação de Rua durante a Pandemia COVID-19. Utilizando-se da narrativa “*Everyone in*” (“Todos incluídos”, em tradução livre), o governo procurou divulgar medidas que fossem inclusivas para fortalecer o senso de comunidade e de solidariedade durante a pandemia. O governo britânico firmou alianças com médicos voluntários e traçou um plano para proteção dos sem-teto e contenção da propagação do vírus COVID-19. Disponibilizou à rede hoteleira comercial um financiamento de 3,2 milhões de euros para estabelecimentos que ofertassem acomodação e serviços ao grupo em extrema vulnerabilidade. Assim, temporariamente, os hotéis que aderiram a essa proposta foram divididos em

instalações classificadas como “COVID-CARE” para receber pessoas em situação de rua que testaram positivo para COVID-19 e “COVID-PROTECT” para demais pessoas em situação de rua, e cada pessoa teria direito ao seu próprio quarto e banheiro durante o tempo que permanecesse no estabelecimento (Kirby, 2020; Bruzelius & Ratzmann, 2020).

Em Berlim, na Alemanha, de modo semelhante ao Reino Unido, medidas de abrigos temporários em hotéis e albergues foram providenciadas para pessoas em situação de rua. Estes também receberam mais doações materiais e tiveram acesso a benefícios básicos para subsistência social. O que os autores relatam ser uma situação de “solidariedade de emergência” (Bruzelius & Ratzmann, 2020) Já nos Estados Unidos da América, com uma população acima de 500.000 de pessoas sem-abrigo, Benavides e Nukpezah (2020) observaram um cenário no qual os governos locais se movimentaram para dar uma resposta rápida a este grupo durante a pandemia. Em Las Vegas, estacionamentos foram improvisados como locais de acolhimento. A cidade de Los Angeles utilizou veículos recreativos e reboques para abrigar as pessoas em situação de rua que contraíram a COVID-19. Cidades como Austin, New Orleans, New York e Filadélfia optaram pelo aluguel de hotéis que estavam com quartos vazios pela baixa demanda (consequente da pandemia) e em Spokane, a biblioteca da cidade foi utilizada como local de abrigo para pessoas em situação de rua, mas somente no período noturno (Benavides & Nukpezah, 2020). Em cidades como Dallas, no Texas, a experiência proveniente da emergência social recentemente provocada pelo furacão Harvey foi replicada para abrigar as pessoas em situação de rua durante a Pandemia de COVID-19. Nesta cidade, centros de convenções e hotéis foram referência para acomodação desta população, e a cidade destinou cerca de U\$1,5 milhões para organização dos abrigos locais e alimentação deste grupo (Benavides & Nukpezah, 2020).

No sul Global, as medidas governamentais adotadas para cuidar de pessoas em situação de rua durante a pandemia foram ainda mais precárias. O trabalho de

Banerjee e Bhattacharya (2020) retratou que até maio de 2020, pouco ainda havia sido feito pelos serviços públicos da Índia para salvar as pessoas em situação de rua da pandemia COVID-19. A Índia possui uma população em situação de rua estimada de 1,77 milhões de pessoas, de acordo com censo realizado em 2011 (Banerjee e Bhattacharya, 2020). Esta população, composta principalmente por famílias inteiras na rua e imigrantes, sofreu com a ausência de recursos para subsistência devido ao isolamento social proposto como enfrentamento ao coronavírus. Os pesquisadores destacaram como o governo indiano foi negligente com este grupo específico durante a pandemia. Não houve esforço coordenado entre as diversas autoridades e organizações para cuidar dos que dependiam da rua para sobrevivência (Banerjee & Bhattacharya, 2020). As iniciativas governamentais e de grupos solidários foram centradas em fornecimento de abrigo e comida, porém pouco foi feito para conter a propagação do vírus. À época em que o trabalho foi realizado, as pessoas desse grupo não eram testadas para COVID-19 nem para rastrear contatos. Os autores apontam ainda que, houve relatos sobre o uso de mangueiras para desinfecção dos trabalhadores imigrantes e em situação de rua, uma medida que reflete o estigma e marginalização que essas pessoas sofreram nesse período (Banerjee & Bhattacharya, 2020).

Já na África do Sul, inicialmente, o governo abrigou a população em situação de rua em massa, alocando-as em estádios como o Caledonian, com precária infraestrutura para realização de higiene pessoal. Com o decorrer da grave situação sanitária, as pessoas em situação de rua foram encaminhadas para parques e estacionamentos e colocadas em tendas para evitar a propagação da COVID-19, com testagem para COVID-19 como forma de triagem (Olanrewaju *et al.*, 2020). O Brasil foi outro país do Sul Global em que a provisoriamente e precariedade marcaram as medidas governamentais tomadas a fim de cuidar de pessoas em situação de rua durante a pandemia. Essa situação é ainda mais alarmante se considerarmos que os dados oficiais apontam o crescimento desta parcela da população no Brasil. De acordo com a Nota Técnica do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulada “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)”, a população em situação de rua no Brasil cresceu em 140% no período estudado (setembro de 2012 a março de 2020). Em março de 2020, a população brasileira em situação de rua era estimada em 221.869 pessoas. Trata-se de uma estimativa em razão da dificuldade de contagem dessa população ser ainda maior que a da população domiciliada, o que leva à tendência de subestimação do fenômeno. Como o Ipea toma por base registros oficiais do Cadastro Único do Sistema Único de Assistência Social (CadÚnico/SUAS), este número retrata a população em situação de rua que o poder público consegue enxergar, podendo este contingente ser superior ao estimado (Silva, Natalino & Pinheiro, 2020).

Ainda no Brasil, estudos apontam que os governos estaduais e municipais optaram pelo atendimento das demandas sociais que pudessem impactar positivamente na economia das cidades, como por exemplo, no fornecimento de cestas básicas e auxílios emergenciais à população em vulnerabilidade em detrimento ao desenvolvimento de medidas de prevenção e atenção à saúde da população (Silva, Natalino & Pinheiro, 2020). De acordo com a Nota Técnica do IPEA nº74 intitulada “População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais”, as ações nas 13 capitais brasileiras do Sudeste e Nordeste para proteção às pessoas em situação de rua do COVID-19 estavam direcionadas ao provimento de abrigo, de condições de higiene e de alimentação. Houve iniciativas como a instalação de pias, lavanderias e banheiros em espaços públicos e unidades de abrigo, porém poucas medidas específicas foram mencionadas para proteção da saúde deste grupo.

Muitos são os obstáculos que limitavam as medidas emergenciais no Brasil para as pessoas em situação de rua. Dentre estes, podemos citar a insuficiente testagem para COVID-19 no ano de 2020, as poucas vagas disponíveis em abrigos e o acesso restrito às transferências de renda para esta população, já que as

transferências foram previamente vinculadas ao acesso à informação, documentação e tecnologia. Um exemplo deste cenário de descaso e discriminação com pessoas em situação de rua ocorreu em março de 2020, quando a mídia local retratou que o Prefeito Municipal do Rio de Janeiro chegou a propor como medida de cuidados a esta parcela da população o isolamento compulsório dessas pessoas, abrigando-as em abrigos ou hotéis populares (Magalhães, 2020). Tal medida não foi levada adiante e as ações promovidas por gestores para proteção ao grupo foram escassas. Aliada à inércia de atuação dos governantes, a fome foi uma das principais adversidades enfrentadas por pessoas em situação de rua durante a pandemia. Devido ao isolamento social, com ruas vazias de transeuntes, reduziu-se drasticamente a possibilidade das pessoas de rua de se alimentarem e receberem doações para subsistirem (Paula *et al.*, 2020). Parsell, Clarke e Kuskoff (2020) questionam em seu estudo o motivo que teria levado ao imediatismo nas medidas públicas para resolver o problema da falta de moradia e da vulnerabilidade socioeconômica de pessoas em situação de rua em vários países como o Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, França e Nova Zelândia, considerando que estas nações se encontravam apoiadas em um volume robusto de investimentos financeiros no cenário da crise sanitária. A conclusão do estudo foi a de que o contexto da pandemia ilustrou uma mudança na problematização deste grupo pelos estados neoliberais (Parsell, Clarke & Kuskoff, 2020). Segundo a doutrina econômica do neoliberalismo (Paulani, 2016), a falta de moradia é representada como um problema de cunho individual, provocado por indivíduos vistos como incapazes de organizar e conduzir com sucesso a própria vida. Mediante o risco que a falta de moradia representou à saúde pública e à coletividade, este discurso foi substituído por providências governamentais, reunindo poderes públicos e organizações sem fins lucrativos, para investir no acolhimento destas pessoas em hotéis, motéis e prédios, como ocorreu na Austrália (Parsell, Clarke & Kuskoff, 2020).

Parsell, Clarke e Kuskoff (2020) demonstram uma aparente inversão dos valores capitalistas. Aparente porque o montante considerável de investimentos para providenciar moradias às pessoas em situação de rua durante a pandemia não foi exatamente para impedir que a COVID-19 impactasse negativamente na vida de pessoas que se encontravam em condições de extrema vulnerabilidade, mas sim, para evitar que as pessoas em situação de rua se tornassem fontes propagadoras do vírus para toda a sociedade. Na próxima seção, explicamos com mais detalhes esta premissa levantada pelos referidos autores, a partir de contribuições de análises marxistas como as de Engels (2015) a respeito da funcionalidade da moradia no capitalismo e as dinâmicas de expropriação e exploração.

AS DUAS “EX” NO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO: EXPROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA A COMPREENSÃO DA CRISE DE REPRODUÇÃO SOCIAL NEOLIBERAL

Por que tantas pessoas não dispõem de moradia? Engels (2015) explica que a classe trabalhadora não ter moradia faz parte do próprio projeto do capitalismo: sem ter aonde morar e vivendo em sociedades capitalistas, nas quais as regras do jogo implicam que o acesso a qualquer bem ou serviço essencial à sobrevivência, como a alimentação e o abrigo contra as intempéries climáticas (vestimentas e moradia, por exemplo) dependem de que se tenha dinheiro e este, para as classes trabalhadoras, só pode ser obtido pela venda de sua força de trabalho, retirar as pessoas das suas terras e casas por meio da chamada “Revolução Verde” (tomando terras de populações rurais e tradicionais para a expansão da fronteira agrícola, aumentando áreas exploradas pelo agronegócio de exportação) e pela especulação imobiliária nos centros urbanos faz parte do funcionamento capitalista.

Quanto mais vulnerável, mais suscetível uma pessoa a ter de submeter-se às condições capitalistas, necessitando vender sua força de trabalho ao capitalista e

gerando, para benefício deste último, acúmulo de capital via mais-valia. Como Engels (2015, p. 45) apresenta, para que o próprio capitalismo fosse possível, a partir da transição do feudalismo a este novo modo de produção e de vida, era preciso “cortar o cordão umbilical que ainda prendia o trabalhador do passado à sua terra”, tornando as pessoas trabalhadoras proletárias sem qualquer tipo de posse (fosse esta sua moradia, sua horta, sua roça ou os instrumentos de trabalho manual). Isso tornou as pessoas das classes trabalhadoras desamparadas material e legalmente. Como explica Engels (2015), não dispor de moradia é resultado da proletarização da classe trabalhadora no capitalismo, processo por meio do qual as pessoas que antes tinham onde morar e condições mínimas de vida perderam tudo e precisaram vender sua capacidade laboral aos patrões, que detêm os meios de produção. Tal processo de proletarização e consequente perda de moradia afeta, até os dias atuais, não apenas as classes trabalhadoras menos abastadas, mas, até mesmo, a pequena burguesia que paga aluguel por moradia.

Mas se a falta de moradia pela classe trabalhadora é funcional ao capitalismo, por que ela passa a ser uma questão de interesse das classes burguesas e, por conseguinte, do Estado (o qual estas últimas controlam) no período pandêmico? Analisando as condições históricas e materiais no Século XIX de países como a Inglaterra (centro da produção industrial da época) e da Alemanha (que teve inserção mais tardia no comércio internacional), Engels (2015) mostra que tal interesse surgiu quando os avanços das ciências naturais modernas apontaram as más condições de moradia das classes menos abastadas (insalubres e aglomerando diversas famílias de trabalhadores empobrecidos) eram focos epidêmicos. Como Engels (2015, p. 65) aponta: “a dominação capitalista não tem como permitir-se a diversão de gerar doenças epidêmicas entre a classe trabalhadora sem sofrer as consequências; estas recaem sobre aquela e o anjo da morte se esbalda entre capitalistas com a mesma falta de escrúpulos com que o faz entre os trabalhadores”.

O que no século XIX Engels (2015) não poderia prever é que, no século XXI, teríamos uma pandemia da COVID-19 e que em países da periferia do capitalismo neoliberal atual (que denominamos, na seção anterior, de “Sul Global”) teríamos uma maior ocorrência de mortes entre pessoas de baixa renda. Mas isso é resolvido pelo próprio autor e seu parceiro intelectual Karl Marx já que, em lugar de poderes de vidência, legaram à humanidade um método científico, o materialismo histórico, que nos serve de ferramenta para analisarmos as condições históricas e materiais desta pandemia e sua relação com as ações políticas voltadas às pessoas em situação de rua no Brasil de hoje. Usando desta base metodológica, Fraser e Jaeggi (2020) analisam o capitalismo à luz da teoria crítica. E apontam com estas análises para a fragilidade da sociedade capitalista atual. Para as autoras, a dependência de recursos não mercantilizados é um imperativo funcional do capitalismo. Atualmente, o capitalismo financeirizado tem provocado crises recorrentes multidimensionais no campo da economia, da reprodução social, do meio ambiente e da democracia.

O Capitalismo financeirizado se traduz em um novo modo de se relacionar economia e política em que o capital financeiro conduz o Estado. O Estado nestes moldes torna-se instrumento para se construir mais uma camada de governança que vai além do próprio Estado. Trata-se de estruturas de governança transnacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial que não precisam prestar contas politicamente e regem o modo de governar dos Estados, dando novos limites constitucionais, determinando a eles como devem ou não avançar com questões trabalhistas, ambientais, entre outros (Fraser & Jaeggi, 2020).

Há uma fragilidade na sociedade capitalista do Século XXI e as epidemias são um dos pontos de vulnerabilidade do capitalismo. Outros pontos igualmente importantes são elencados por Fraser e Jaeggi (2020) como condições não-econômicas do capitalismo. De acordo com as autoras, existe um plano de fundo

em que o capitalismo se apoia para existir. Conforme descreve Fraser (2020), o capitalismo neoliberal tem se revelado inconstante e fortemente predatório e necessita de condições não-econômicas para seu funcionamento, a saber: a reprodução social, o poder público e o meio ambiente.

Desta forma, percebe-se que as recorrentes crises de acumulação capitalista das últimas décadas, em muitos setores da sociedade, têm sido um risco alto, mas tratadas pelos investidores como um negócio, em que são rifadas as questões sociais e ambientais em prol de acumulação de capital. Considerando ser o plano de fundo (reprodução social, meio ambiente e poder público) a “fundação”, “alicerce” e a sociedade capitalista o prédio, o capitalismo financeirizado leva à erosão da própria base, trazendo risco de desabamento do “prédio”. Este plano de fundo dá condições para que a sociedade capitalista ocupe o primeiro plano. Porém, ao mesmo tempo em que o capitalismo depende dos elementos e recursos não- econômicos, nega essa dependência, impacta-os e os desequilibra (Fraser & Jaeggi, 2020).

As autoras revelam os modos que os principais elementos do plano de fundo se relacionam com a sociedade capitalista. Sob a ótica da crise da reprodução social, entende-se que as condições de trabalho têm tornado insustentáveis o cuidado e as condições sócio- reprodutivas. Sob a lente da crise ambiental e climática a qual estamos submetidos, a infinita extração de recursos naturais e o modo de operar das empresas de grande porte trazem consequências graves para o futuro da humanidade, com aumento do número de desastres naturais e aquecimento global e na relação entre economia e política, percebem um predomínio do poder privado sobre o poder público que cria uma crise política da sociedade capitalista (Fraser & Jaeggi, 2020).

Para Fraser e Jaeggi (2020), o Estado é condição de fundo para possibilitar a escrita da história do capitalismo. O capitalismo é dependente do poder público.

Foi o Estado que construiu a economia capitalista. Em todas as fases do capitalismo, desde o capitalismo mercantil, o liberal, o administrado pelo Estado e o atual financeirizado, o Estado teve o papel preponderante sobre a sociedade, estabelecendo relações de exploração ou expropriação conforme a conveniência da sociedade capitalista (Fraser & Jaeggi, 2020). O capitalismo precisa da exploração e da expropriação bruta para acumular capital. Há uma interdependência entre exploração e expropriação. Como já discutido em nossa introdução, não há exploração sem antes haver expropriação. Para que haja acumulação de capital, é necessário antes que a produção seja organizada por meio da exploração do trabalho. Neste meio, o trabalhador livre vende sua força de trabalho (valor) em prol de um salário para sua subsistência por meio da livre troca contratual (Fraser & Jaeggi, 2020).

Porém, um passo antes destas relações contratuais estabelecidas, está a expropriação. Ainda no capitalismo mercantil do Século XVI, a expropriação foi determinante para criar condições de exploração. Na expropriação, não há dissimulações. Nesta relação, o capital não assume custos da reprodução, confisca trabalho e outros meios de produção como a terra, animais, ferramentas, energias dos sujeitos. Os sujeitos expropriados tornam-se dependentes e não podem recorrer ao Estado para proteção (Fraser & Jaeggi, 2020). Os trabalhadores explorados estão um grau acima dos sujeitos dependentes que foram expropriados. Para Fraser e Jaeggi (2020), os explorados possuem status de indivíduos, são cidadãos de direito e podem recorrer ao Estado para proteção. Os expropriados, por sua vez, são dependentes, desamparados, escravos, nativos, ilegais ou criminosos condenados.

O que esta reflexão revela é que, após algumas fases do capitalismo, as recorrentes crises de acumulação têm conduzido a uma crescente opção pela volta da expropriação enquanto motor para acumulação de capital. Para Fraser e Jaeggi (2020) esta é uma forma vantajosa, pois acelera a lucratividade. Há uma

interdependência entre exploração e expropriação. No cenário atual, principalmente no Brasil, é possível observar o avanço da expropriação, aumentando ainda mais os sujeitos dependentes. A redução constante de salários tem levado um contingente importante de pessoas para a informalidade, comprometendo as despesas para manutenção da reprodução social. Não é um problema somente das pessoas em situação de rua: o debate sobre a problemática da falta de moradia interessa a toda a sociedade que de algum modo tem sido expropriada com as práticas neoliberais.

Para Fraser e Jaeggi (2020), o capitalismo tem criado uma grande massa de sujeitos expropriáveis e desamparados: pobres, desempregados e desabrigados. Vítimas do crime, superendividados por empréstimos, encarcerados, refugiados, pessoas em situação de rua, nesse sentido, poderiam alcançar alguma funcionalidade na sociedade capitalista? Para Parsell, Clarke e Kuskoff (2020), durante a Pandemia, mediante o risco que a falta de moradia representou à saúde pública, o discurso da culpabilização da vítima desapareceu e deu lugar a providências coletivas tomadas, reunindo governos e organizações sociais sem fins lucrativos, para investir no acolhimento destas pessoas em hotéis, motéis e prédios. Isso implicou que o projeto neoliberal alcançou novos patamares de controle do bem-estar social com a nova realidade imposta pela Pandemia COVID-19. Diante de Estados incapazes de responder de modo eficaz, controlando a propagação do vírus de letalidade considerável, as condições em que o bem-estar social (ou reprodução social) possa ser disponibilizado às sociedades estão cada vez mais atreladas à lógica da financeirização. Santos (2020) traduz esta situação na expressão “mercantilização da vida coletiva”.

A “mercantilização da vida coletiva” (Santos, 2020), argumentamos, perpassa a desvalorização que o capitalismo trouxe ao trabalho reprodutivo, também conhecido como trabalho doméstico ou trabalho de cuidado, que é imprescindível para a reprodução social das classes trabalhadoras. Fraser e Jaeggi (2020)

demonstram que o trabalho reprodutivo é o trabalho não pago, ou seja, apropriado em forma de valor pelo capitalista. Pessoas em situação de rua, expropriadas de uma moradia e com a perda de vínculos familiares (que poderiam ser uma “rede de apoio” para sua reprodução social, na ausência de políticas públicas sociais, decorrente da introdução da doutrina neoliberal no Estado brasileiro) trabalham, ainda que indiretamente, para empresas e sem vínculos empregatícios, como fazem os catadores de material reciclável ao contribuírem à lógica reversa de latinhas para fabricantes de refrigerantes e cervejas, por exemplo. Em tempos de neoliberalismo e domínio do capital financeiro, avesso a investimentos significativos em políticas sociais, os serviços públicos tornaram-se incapazes de contornar a Pandemia COVID-19 (Santos, 2020). Trata-se, portanto, de um projeto capitalista: apenas remediar momentaneamente a falta de moradia dessas pessoas, sem resolver, contudo, a raiz do problema (a própria dinâmica de exploração e de expropriação de meios de produção e condições de reprodução social), a fim de garantir para empresas controladas pelas classes dominantes (como as fabricantes de refrigerantes e cerveja, por exemplo), um vasto contingente de pessoas que estejam tão vulneráveis em suas condições de reprodução social (sequer possuem onde morar) que estejam à mercê da exploração capitalista ainda mais aguda que para outras parcelas das classes trabalhadoras (já que pessoas em situação de rua, como aquelas que vivem da coleta de material reciclável, trabalham na informalidade, sem qualquer proteção social mesmo da nossa insuficiente legislação trabalhista).

Sujeitas ao fardo da exploração e expropriação capitalistas, as mudanças de nomenclaturas das pessoas em situação de rua contribuem para naturalizar à sociedade um quadro grave de falta de moradia e acesso a direitos humanos. Quando as classes médias se pauperizam e perdem as casas, passam de “trabalhadoras” a “pessoas em situação de rua”. Assim, “situação de rua” oferece uma ideia de transitoriedade, reforçando a ideologia neoliberal de que por falta de planejamento e organização financeira, o indivíduo “foi para as ruas”, mas com seu

“devido esforço” sua “situação” pode melhorar (Paulani, 2016; Paula *et al.*, 2020). Analisando as principais medidas públicas para pessoas em situação de rua descritas neste trabalho, pode-se perceber que se tratavam de medidas temporárias. Não há propostas de soluções permanentes para transformar a realidade social deste grupo. As pessoas em situação de rua que foram acolhidas em hotéis, com quartos e banheiros individuais, puderam ter acesso a um fato inédito em suas vidas, e o mesmo tempo em que os governos que acolheram essas pessoas em hotéis para que o coronavírus não circulasse ainda mais na comunidade, também puderam oportunizar a este grupo econômico uma redução de perdas financeiras, segundo a lógica do capital, dado à baixa dessa atividade econômica durante a pandemia. Com isso, se conclui que as pessoas expropriadas, como aquelas em situação de rua, estão sendo cada vez mais negligenciadas pelas políticas sociais, mesmo sendo esta uma ferramenta de contenção/control social, graças à adesão social à ideologia presente na doutrina econômica neoliberal, conforme sintetizamos a seguir, em nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto de recorrentes crises capitalistas provindas de um sistema que continua a consumir vorazmente sua própria base não-econômica para propiciar acumulação de capital, a crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 colabora para o agravamento das crises sociais, na qual se enquadra a situação da população de rua (Fraser, 2020). Com a consolidação dos Direitos Humanos, as condições para viver uma vida digna precisam ser acessíveis a todos. São muitos os grupos vulneráveis marginalizados como imigrantes, negros, mulheres, indígenas e pessoas em situação de rua que experimentam diariamente a intolerância, sem direito ao reconhecimento ou autonomia para assegurarem condições mínimas de manutenção de suas vidas com dignidade. A Pandemia provocada pelo COVID-19 jogou ainda mais luz às condições de grupos

minoritários. A situação de grave crise sanitária provocada pela Pandemia de COVID-19 trouxe turbulência ao sistema capitalista, que já vinha percorrendo um caminho de recorrentes crises nas últimas décadas. Diante deste cenário, repensar o trabalho, o emprego, as necessidades humanas e as formas de consumo pode mesmo ser um dos legados da pandemia da COVID-19 (Ramos, 2020), à medida em que, como sugere a autora, a extração de mais-valia e os processos de individualização neoliberal, que o capitalismo financeirizado atual engendra abre caminhos para o questionamento ao modo pelo qual estruturamos nossa sociedade.

A falta de moradia é um problema que aflige não somente os que não a possuem, mas também muitos que vivem de aluguéis e do trabalho informal (com rendimentos cada vez menores, colocando em risco ainda maior as condições de reprodução social das classes trabalhadoras despidas de vínculo empregatício formal). Não importa se hoje, quem vive do próprio trabalho se encontra ainda como um “fruto”, capaz de oferecer mais suco para matar a sede especulativa do capitalismo financeirizado. Ainda que se torne “bagaço”, como boa parte das classes trabalhadoras brasileiras, estas pessoas serão “espremidas” (via expropriação) para darem o máximo de “suco”, já que a sede de quem as domina é insaciável. O crescimento da população em situação de rua enquanto contingente de mão-de-obra vulnerável, como demonstramos ao longo deste ensaio, é consequência da sanha de acumulação de capital própria ao funcionamento do capitalismo.

Para compreender esse paradoxo capitalista de culpar pessoas em situação de rua por sua própria condição de vulnerabilidade socioeconômica, por um lado, e o discurso estatal, durante a pandemia, de que era preciso adotar medidas voltadas a estas pessoas, é preciso dar mais evidência às estruturas não-econômicas utilizadas pelo capitalismo, (como a reprodução social) para manutenção da ordem social instituída a fim de que o aumento das desigualdades sociais e as estruturas

de exploração/expropriação não se naturalizam, mas sejam cada vez mais questionadas e inaceitáveis pela população (Fraser & Jaeggi, 2020). A doutrina econômica neoliberal (Paulani, 2016) transformada em ideologia propagada pelo Estado (Dardot & Laval, 2017) tem afetado de modo negativo a subjetividade social, principalmente na forma como as pessoas interpretam suas condições de produção e reprodução social.

No contexto atual do capitalismo financeirizado acompanhado do avanço da ideologia neoliberal, a família assume papel central na reprodução social, principalmente em tempos de crise em que se reduzem investimentos em políticas de proteção social por meio do avanço da doutrina neoliberal. Entretanto, fenômenos recorrentes de inflação, falta de trabalho e diminuição de direitos sociais têm desestabilizado economicamente as famílias, que não conseguem mais manter as condições para reprodução social. Uma consequência deste processo que se agravou no período pandêmico foi a perda da capacidade de várias famílias brasileiras em arcarem com o crescente custo de aluguel de moradia, levando-as a serem despejadas e recolocando imóveis nas mãos das pequenas burguesias e das classes dominantes. Intensificou-se, assim, a expropriação de condições de reprodução social destas famílias das classes trabalhadoras, que ficaram sem ter onde morar no período pandêmico.

A expropriação é, portanto, recurso ao qual as classes dominantes lançam mão diante de crises de acumulação, mas que representa, ao mesmo tempo, um risco à manutenção da sociedade capitalista. Uma multidão de expropriados pode causar revolta incontrollável da população que põe em perigo toda a estrutura capitalista. Ainda assim, é cada vez maior o número de pessoas negligenciadas pelas políticas sociais. A justificativa para isto é que o neoliberalismo tem alterado a visão de mundo, o modo das pessoas interpretarem seu papel no capitalismo, criando um ambiente político benéfico às classes dominantes, no qual a ideologia neoliberal, romantizando formas de trabalho de menor proteção social pelo

Estado, como a informalidade e o empreendedorismo, contribuem com o papel diversionista do Estado (Engels, 1976), mascarando o conflito de classes de tal forma que as pessoas culpam a si mesmas e não às estruturas sociais capitalistas pela sua expropriação e condição precária de sobrevivência.

A situação de rua, mais que realidade “distante” se mostra futuro cruel que pode estar reservado mesmo às classes médias (que ainda conseguem pagar por aluguéis ou financiamentos bancários para moradia), mantendo vivo o “sonho da casa própria”. Tal sonho parece seguir vivo mesmo entre parcelas das classes trabalhadoras que não reconhecem sua posição dominada e explorada no capitalismo e são levadas, até mesmo, a deferem o corolário neoliberal e apoiarem o avanço capitalista contra condições mínimas dignidade no trabalho, julgando que, assim, podem se equiparar moral e materialmente às classes dominantes, ignorando que nada disso se reflete na elevação de salários para refrear a perda de capacidade de compra que tem se refletido para parcelas mais vulneráveis das classes trabalhadoras em perda de moradia e de condições mínimas de reprodução social. Este trabalho não esgota a análise de todas as realidades para pessoas em situação de rua na pandemia COVID-19. A partir da agenda teórica levantada, novos estudos poderão investigar a relação entre o aumento da pobreza para o capitalismo financeirizado e a elevação da concentração de renda e das desigualdades sociais. Mais de quarenta anos após o lançamento do filme “O homem que virou suco”, e sua metáfora segue atual ainda que caiba, talvez, a seguinte adequação à realidade material e histórica de nossos tempos: não importa o quanto o capitalismo já tenha tomado das classes trabalhadoras, quanto “suco” já tenha sido extraído de cada pessoa que depende de seu próprio trabalho para, minimamente, sobreviver. Diante de crises cíclicas de acumulação de capital, as classes dominantes “espremem” até o “bagaço” das classes trabalhadoras exploradas mesmo que, para tal precisem expropriar pessoas já duramente “espremidas” neste “moinho de moer gente” (Ribeiro, 2015) a que chamamos de Brasil.

REFERÊNCIAS

Bardi, Giovanna, Bezerra, Waldez C., Monzeli, Gustavo A., Pan, Livia C., Braga, Iara F., & Macedo, Maria D. C. (2020). Pandemia, desigualdade social e necropolítica no Brasil: reflexões a partir da terapia ocupacional social/Pandemic, social inequality and necropolitics in Brazil: reflections from social occupational therapy. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 4(3), 496-508.

Banerjee Debanjan & Bhattacharya, Prama (2020). The hidden vulnerability of homelessness in the COVID-19 pandemic: Perspectives from India. *International Journal of Social Psychiatry*, 67(1), 3-6.

Benavides, Abraham D. & Nukpezah, Julius A. (2020). How Local Governments Are Caring for the Homeless During the COVID-19 Pandemic. *American Review of Public Administration*, 50(6-7) 650-657.

Borysow, Igor C., Conill, Eleonor M., & Furtado, Juarez P. (2017) Atenção à saúde de pessoas em situação de rua: estudo comparado de unidades móveis em Portugal, Estados Unidos e Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(3), 879-890.

Brasil (2009). Presidência da República. Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009: *Política Nacional para a População em Situação de Rua*. Recuperado em 4 abril, 2020 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm.

Bruzelius, Cecilia & Ratzmann, Nora (2020). Extended solidarity? The social consequences of Covid-19 for marginalised migrant groups in Germany. *LSE European Politics and Policy (EUROPP) blog*. Recuperado em 4 abril, 2020 de: <https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2020/10/05/extended-solidarity-the-social-consequences-of-covid-19-for-marginalised-migrant-groups-in-germany/>

Costa, Simone S. (2020). Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 969-978.

Dardot, Pierre & Laval, Christian (2017). *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo.

Engels, Friedrich (2015). *Sobre a questão da moradia* (5a ed). São Paulo: Boitempo.

Engels, Friedrich (1976). *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Lisboa: Presença.

Falquet, Jules (2008). Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, 13(1/2), 121-142.

Fernandes, Janaina M. & Onuma, Fernanda M. S. (2024). Female refugees: the most vulnerable of the vulnerable, according to the theory of social reproduction. *Cadernos EBAPE.BR*, 22(2), e2023-0124.

Federici, Silvia (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante.

Federici, Silvia (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.

Fraser, Nancy (2020). *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária.

Fraser, Nancy & Jaeggi, Rahel (2020). *Capitalismo em debate uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Harvey, David (2008). O neoliberalismo história e implicações (5a ed). São Paulo: Loyola.

Honorato, Bruno E. F., Saraiva, Luiz Alex S., & Silva, Everton R. (2017). A construção social da ordem e da subversão nos discursos da (e sobre a) população em situação de rua de Belo Horizonte. *Organizações em Contexto*, 13(26), 339-383.

Jacques, Luís F. & Oliveira, Luana A. (2021). O Estado a partir do pensamento de Marx e Engels: das ilusões do reformismo à sua necessária superação. *Griot: Revista de Filosofia*, 21(1), 331-340.

Kirby, Tony (2020). Os esforços aumentam para proteger os sem-teto do COVID-19 no Reino Unido. *The Lancet Respiratory Medicine*, 8(5), 447-449.

Lanfranchi, Carolina T. N. & Ferreirinho, Viviane C. (2019). Socialização e poder no campo das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 19(1), 62-81.

Lemões, Tiago (2020). Mantras venenosos: a brutalidade das palavras sobre as vidas em situação de rua no Brasil. *Ponto Urbe*, 27, 1-14.

Lot, Daniela & Barata, Germana (2008). Faltam projetos governamentais de incentivo à formação de profissionais. *Ciência e Cultura*, 60(3), 7-9.

Magalhães, Luiz E. (2020). Coronavírus: Crivella afirma que pode recolher moradores de rua compulsoriamente. O Globo. Recuperado em 4 abril, 2020 de: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-crivella-afirma-que-pode-recolher-moradores-de-rua-compulsoriamente-24310212>.

Marx, Karl (2013). A jornada normal de trabalho. In Ricardo Antunes (Ed.). *A dialética do trabalho II: Escritos de Marx e Engels* (pp. 11-18). São Paulo: Expressão Popular.

Neves-Silva, Priscila, Martins, Giselle I. & Heller, Léo (2018). A gente tem acesso de favores, né? A percepção de pessoas em situação de rua sobre os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3), e00024017.

Oladimeji, Oladimeji, Bamidele, Paul B., Mbokazi, Jabu, A. & Hyera, Francis L. M. (2020). The Homeless, Inmates and Refugees in Africa in the Face of COVID-19 Outbreak. *The Open Public Health Journal*, 13, 306-308.

Onuma, F. M. S., Oliveira, A. L. de ., & Amâncio, J. M.. (2023). Raízes da Exaustão de Mulheres Trabalhadoras Brasileiras: Contribuições do Materialismo Histórico Dialético *Revista De Administração Contemporânea*, 27(5), e220138.

Parsell, Cameron, Clarke, Andrew, & Kuskoff, Ella (2020). Understanding responses to homelessness during COVID-19: an examination of Australia. *Housing Studies*, 38, 1-14.

Paula, Hermes C., Daher, Donizete V., Koopmans, Fabiana F., Faria, Magda G. A., Lemos, Patricia F. S., & Moniz, Marcela A. (2020). Sem isolamento: etnografia de pessoas em situação de rua na pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(suppl 2), e20200489.

Paulani, Leda M. (2016). Neoliberalismo e individualismo. *Economia e Sociedade*, 8(2), 115-127.

Quintão, Paula R. (2020). Morar na rua: Fluxos e Fronteiras. *Anais do II Simpósio Bienal da SBPSP: Fronteiras da Psicanálise: a clínica em movimento*, 246-257.

Ramos, Tatiana T. (2020). Pandemia é pandemia em qualquer lugar – vivendo a crise da Covid-19 de fora dos grandes centros. *Espaço e Economia*, 18.

Ribeiro, Darcy (2015). *O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil* (3a ed.). São Paulo: Global.

Rogers, Laura E. (2017). Helping the helpless help themselves: how volunteers and employees create a moral identity while sustaining symbolic boundaries within a homeless shelter. *Journal of Contemporary Ethnography*, 46(2), 230-260.

Santos, Boaventura S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina

Sicari, Aline A. & Zanella, Andrea V. (2018). Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 662-679.

Silva, Tatiana D., Natalino, Marco & Pinheiro, Marina B. (2020). População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. *Nota Técnica*, 74, 1-26.

Sposati, Aldaiza O. (2020). COVID-19 revela a desigualdade de condições da vida dos brasileiros. *NAU Social*, 11(20), 101-103.

ESPREMENDO ATÉ O BAGAÇO: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, CAPITALISMO E PANDEMIA

Resumo

Durante a pandemia, houve um aumento no número de pessoas em situação de rua no país. Contudo, o panorama das principais medidas públicas adotadas para pessoas em situação de rua durante a pandemia revela a priorização do acolhimento para evitar a disseminação da doença, em lugar de políticas visando atacar as raízes do problema ou para a busca de melhoria da condição de vulnerabilidade socioeconômica desta parcela da população brasileira. Como explicar o caráter paliativo das principais medidas públicas adotadas para atendimento público a estas pessoas em tão grave contexto? Neste ensaio, a partir da discussão dos conceitos de expropriação, exploração, reprodução social e neoliberalismo em Nancy Fraser, se discute como a expropriação de meios para reprodução social, como a moradia, é recurso capitalista recorrente. Diante de crises de acumulação como a que vivemos, a expropriação capitalista se volta às pessoas mais despossuídas: para seguir lucrando, se espreme até o bagaço.

Palavras-chave

Neoliberalismo. Pessoas em situação de rua. COVID-19. Expropriação. Reprodução Social.

EXPRIMIENDO EL BGAZO: PERSONAS SIN HOGAR, CAPITALISMO Y PANDEMIA

Resumen

Durante la pandemia, hubo un aumento en el número de personas sin hogar en Brasil. Sin embargo, el panorama de las medidas públicas predominantes adoptadas para las personas sin hogar durante la pandemia revela la priorización de la acogida para evitar la propagación del virus COVID-19 frente a las políticas destinadas a atacar las raíces del problema o buscar mejorar su condición de vulnerabilidad socioeconómica. ¿Cómo explicar el carácter paliativo de las predominantes medidas públicas adoptadas para brindar asistencia social a estas personas en este contexto extremo? En este ensayo, a partir de los conceptos de expropiación, explotación, reproducción social y neoliberalismo de Nancy Fraser, discutimos cómo la expropiación de medios de reproducción social, como la vivienda, es un recurso capitalista recurrente. Ante las crisis de acumulación, la expropiación capitalista se vuelve hacia los más desposeídos: para seguir lucrando, sigue exprimiendo al pueblo trabajador.

Palabras clave

Neoliberalismo. Personas sin Hogar. COVID-19. Expropiación. Reproducción Social.

SQUEEZING THE BAGASSE: HOMELESS PEOPLE, CAPITALISM AND THE PANDEMIC

Abstract

During the pandemic, there was an increase in the number of homeless people in Brazil. However, the overview of the prevalent public measures adopted for homeless people during the pandemic reveals the prioritization of reception to prevent the spread of the COVID-19's virus instead of policies aimed at attacking the roots of the problem or seeking to improve their condition of socioeconomic vulnerability. How to explain the palliative nature of the prevalent public measures adopted to provide social assistance to these people in this extreme context? In this essay, based on the concepts of expropriation, exploitation, social reproduction, and neoliberalism in Nancy Fraser, we discuss how the expropriation of means for social reproduction, such as housing, is a recurrent capitalist resource. In the face of accumulation crises, capitalist expropriation turns to the most dispossessed people: to continue profiting, it keeps squeezing the working people.

Keywords

Neoliberalism. Homeless People. COVID-19. Expropriation. Social Reproduction.

CONTRIBUIÇÃO

Carla Sandra Aguiar Siqueira dos Santos

A autora declara ter tido contribuição principal no financiamento, e contribuição equânime nas etapas de concepção, teorização, coleta de dados, análise e conclusão.

Fernanda Mitsue Soares Onuma

A autora declara ter tido contribuição secundária no financiamento, e contribuição equânime nas etapas de concepção, teorização, coleta de dados, análise e conclusão.

CONFLITOS DE INTERESSE

As autoras declaram não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

As autoras declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à Universidade Federal de Alfenas e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelos recursos que permitiram viabilizar esta publicação.

COMO CITAR

Santos, Carla M. S. & Onuma, Fernanda M. S. (2024). Espremendo até o bagaço: pessoas em situação de rua, capitalismo e pandemia. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 11(31), 402-442.